Estudos em Jornalismo e Mídia - Vol. 9 N° 2 – Julho a Dezembro de 2012
ISSNe 1984-6924 DOI: http://dx.doi.org/10.5007/1984-6924.2012v9n2p44 0

Como é ser jornalista no Brasil e em Portugal: uma análise comparativa sobre o discurso e a situação de trabalho do profissional nos dois países[i]

CLAUDIA DO CARMO NONATO LIMA
Universidade de São Paulo - claudia.nonato@usp.br
Jornalista, mestre e aluna de doutorado em Ciências
da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da USP.

Resumo
Este artigo compara resultados de pesquisas cujo objetivo geral foi compreender como as mudanças no mundo do trabalho atuam sobre o perfil profissional e sobre os discursos do jornalismo de dois países: Brasil e em Portugal. Na pesquisa brasileira, foi adotada uma combinação de métodos quantitativos e qualitativos aplicados junto a três grupos de amostras: com jornalistas de redes sociais; com associados do Sindicato dos Jornalistas do Estado de SP; e com jornalistas de um grupo editorial. A pesquisa portuguesa foi realizada em 2010 pelo Observatório da Comunicação (Obercom), e direcionada a 212 jornalistas dos principais meios de comunicação naquele país. Os resultados apontam situações muito semelhantes nos dois países: os jornalistas são jovens e a favor da formação acadêmica; são especializados, polivalentes e têm a clara ideia de que o marketing está inserido na informação. Com relação às relações trabalhistas, estão sem vínculo, terceirizados e precarizados, trabalhando muitas horas e com baixos salários.
Palavras-chave
Jornalismo, jornalistas, mundo do trabalho, perfil profissional

Abstract
This article compares the results of research whose general objective was to understand how changes in the labor act on the professional profile and on the discourses of journalism in two countries: Brazil and Portugal. In the Brazilian study, we adopted a combination of qualitative and quantitative methods applied with three groups of samples: social networking with journalists, with members of the Syndicate of Journalists of São Paulo state, and journalists in an editorial group. The survey was conducted in Portuguese in 2010 by the Observatory of Communication (Obercom), and directed to 212 journalists from mainstream media in that country. The results show very similar situations in both countries: the reporters are young and in favor of academic education, they are skilled, versatile and have a clear idea of what marketing is inserted in the information. With respect to labor relations, are not related, contractors and precarious, working long hours and low wages.

Keywords
Journalism, journalists, labor, professional profile

Artigo recebido em 13/10/2012
Aprovado em 06/11/2012

ISSNe 1984-6924 DOI: http://dx.doi.org/10.5007/1984-6924.2012v9n2p44 0

Como é ser jornalista hoje no Brasil e em Portugal? As situações de trabalho são semelhantes? E o discurso dos jornalistas, é o mesmo? Estas foram as questões que orientaram este artigo. Partimos da hipótese teórica de aproximação entre comunicação e trabalho como mediações capazes de entrelaçar os diferentes aspectos da vida dos profissionais no contexto do mundo do trabalho jornalístico. Pressuposto que nos permite melhor compreender qual o papel do jornalista, como profissional do campo da comunicação, na sociedade contemporânea.

As mudanças no mundo do trabalho, ocorridas a partir do crescimento do capitalismo e da cultura de massa, da introdução de novas tecnologias e da importância da comunicação para a contemporaneidade afetaram a sociedade e, neste caso, o jornalista. A partir dessas mudanças, o jornalismo tornou-se uma atividade mercantil, que produz a notícia como uma *commodity*, atravessada pelo discurso publicitário. A regulamentação da profissão e a criação das faculdades de jornalismo mudaram o perfil dos profissionais. E a reestruturação do modo de produção capitalista teve grandes implicações no jornalismo, da produção industrial às redações. Os profissionais precisaram se tornar polivalentes, viram o seu trabalho flexibilizado e as relações trabalhistas desregulamentadas, mudando as relações de vínculo.

É neste contexto de grandes transformações que pretendemos discutir sobre o perfil e o discurso de jornalistas brasileiros e portugueses. Trata-se de dois países de língua portuguesa, porém localizados em continentes distintos e com realidades econômicas díspares. Para isso, priorizaremos aqui o binômio Comunicação e Trabalho que se utiliza de conceitos advindos de outros campos como Sociologia do Trabalho, Análise do Discurso, Ergologia e Estudos Culturais, fazendo com que estes dialoguem dentro do campo da comunicação. Esta abordagem auxilia a melhor compreender as relações de comunicação e os desafios do mundo do trabalho. Um estudo sobre o jornalista a partir desse ponto de vista deve considerar este binômio como constitutivo da atividade humana. Neste sentido, não se pode pensar o jornalismo apenas como uma profissão, mas como uma atividade, que envolve processo e organização do trabalho.

Utilizaremos como base brasileira a dissertação de mestrado *Comunicação e Mundo do Trabalho do Jornalista: o perfil dos jornalistas de São Paulo a partir da reconfiguração dos processos produtivos da informação*[ii] que se propôs a estudar o perfil do jornalista de São Paulo, Estado que detém aproximadamente 31% dos

ISSNe 1984-6924 DOI: http://dx.doi.org/10.5007/1984-6924.2012v9n2p44 0

jornalistas brasileiros, e também o relatório *Desafios do Jornalismo 2010*[iii], feito pelo OberCom - Observatório da Comunicação -, uma associação portuguesa de direito privado, sem fins lucrativos, constituída com o objetivo estratégico de suprir a tradicional dificuldade na coleta e tratamento da informação específica no setor dos Media e da Comunicação.

Na primeira parte deste artigo, contextualizamos a história da imprensa e do jornalismo no Brasil e em Portugal, até chegarmos a estudos recentes sobre o perfil dos profissionais feitos nos dois países e aos resultados alcançados, tecendo assim algumas considerações sobre as aproximações do discurso e do perfil profissional dos jornalistas dos dois países.

Jornalistas brasileiros: profissionais polivalentes, jovens e precarizados

O Brasil entrou no século XIX sem tipografia, sem jornal e sem universidades, muito atrasado com relação a outros países da América do Sul. A primeira tipografia do Brasil só surgiu com a chegada da família real, em 1808, transportada a bordo da nau Medusa, integrante da esquadra que transferiu a corte portuguesa para o Rio de Janeiro. Mesmo assim, o primeiro jornal brasileiro, o *Correio Brasiliense* era editado em Londres por Hipólito da Costa e entrava clandestinamente no país. Possuía entre 70 e 140 páginas em média (tinha formato de um livro) e circulou durante 14 anos, até 1822. O primeiro jornal oficial, a *Gazeta do Rio de Janeiro,* também foi lançado em 1808, mas três meses depois de *O Correio*. Assim foi instalada a imprensa no Brasil.

A implantação da técnica de tipografia possibilitou a fabricação artesanal dos periódicos, permitindo as primeiras participações políticas da imprensa no País. Com a constituição de veículos para transmitir informações, a atividade jornalística participou, com textos críticos, de grandes transformações do início do século, como a Independência do Brasil, a abolição dos escravos e a adoção do regime republicano. Até a República, o jornalista era uma espécie de ativista político; e o jornal, apenas um veículo para suas ideias. Após esse período, a imprensa artesanal começou a ser substituída pela industrial, transformando o jornalismo em empresa que, modernizada com o progresso da técnica, ficou sob o domínio do Estado e do capital. Ribeiro (1994) destaca que o quadro profissional da época era formado por repórteres e publicistas, políticos profissionais.

ISSNe 1984-6924 DOI: http://dx.doi.org/10.5007/1984-6924.2012v9n2p44 0

A década de 1920 apresentou "o amadurecimento no sistema de comunicação brasileiro e sua modernização no ponto de vista do capitalismo" (Ribeiro, 1994, p.33). Roquete Pinto introduziu o rádio no Brasil e também foram fundadas a primeira agência de notícias (A Americana, por Cásper Líbero) e de publicidade (Thompson) do país. Foi também ampliada a distribuição de jornais, graças ao crescimento do transporte ferroviário e marítimo. O estilo europeu de escrever começava, aos poucos, a ceder lugar a um modelo norte-americano, mais seco e direto. E a imprensa operária surgia, voltada basicamente para a grande comunidade de imigrantes que se formava.

Nos anos 1930, com a política do Estado Novo e do período democrático do governo Vargas, de centralização e nacionalismo, há avanços tecnológicos e de mercado. O rádio assume um papel importante, noticiando, ao lado dos impressos, fatos sobre a Segunda Guerra Mundial. A Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, se tornará a grande porta-voz da cultura popular massiva. Em 1937, o Estado Novo regulamentou a profissão de Jornalista, através do Decreto-Lei nº910. No mesmo ano, em 15 de abril, foi fundado o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo.

Em 1950, o mercado de trabalho do jornalista se amplia com o surgimento da primeira emissora de televisão, a TV Tupi de São Paulo, de Assis Chateaubriand, que formou grandes empresas de multimídia (emissoras de rádio, televisão e jornais), como os *Diários e Emissoras Associados*. Os jornalistas eram considerados "intelectuais"; mas não possuíam dinheiro, nem bens, como carros, por exemplo. Um repórter ganhava em média um salário mínimo por mês, distribuído em vales semanais que, geralmente, não eram pagos em dia. O salário era completado geralmente com um emprego público.

Já era possível, na década de 1960, fazer plano de carreira em jornalismo: o repórter começava a trabalhar cumprindo uma carga de cinco horas de trabalho; ia subindo de categoria, até chegar a dez horas. Os aumentos salariais eram dados somente a quem subisse de categoria, a partir de uma avaliação dos chefes. Os jornalistas eram isentos de imposto de renda, não pensavam em aposentadoria, nem descontavam INSS.

O período da Ditadura Militar (1964 a 1975) foi aquele em que a liberdade dos jornalistas foi mais seriamente cerceada, com controle total do governo sobre os meios de comunicação. A política desenvolvimentista do Regime Militar trouxe um expressivo crescimento econômico para o país e um grande investimento por parte do governo em infra-estrutura e equipamentos de telecomunicações. Também nessa época foi decretada a obrigatoriedade do diploma para exercer a profissão de jornalista no país.

ISSNe 1984-6924 DOI: http://dx.doi.org/10.5007/1984-6924.2012v9n2p44 0

Os primeiros computadores chegaram nas gráficas e redações no final dos anos 1980 e o início dos 1990. A *Folha de S. Paulo* e *O Globo* foram os primeiros jornais a adotar computadores na produção de notícias. As inovações tecnológicas baratearam a produção e causaram profundas alterações nas funções do jornalista, que viu cargos e postos serem extintos. Com a chegada da Internet e da informação eletrônica e interativa, a mudança foi radical. Houve valorização da imagem e maior velocidade da informação, que passou a circular em tempo real. Abreu (2002) destaca que hoje as redações estão enxutas e o jornalista é multitarefa: prepara a notícia, diagrama, fotografa. Não há tempo para controle da qualidade do texto. A informação foi transformada em um bem simbólico, uma mercadoria.

Dados divulgados pela Federação Nacional de Jornalistas (FENAJ) e fornecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego, mostraram que existiam no País, até abril de 2009, aproximadamente 80 mil profissionais com registro de jornalistas. O relatório RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) divulgado em 2002[iv] mostrou que, naquele ano, haviam no Brasil 20.961 jornalistas em empregos formais, trabalhando com registro em carteira – apenas 20% do total nacional. A Pesquisa *Comunicação e trabalho: as mudanças no mundo do trabalho nas empresas de comunicação*[v], feita com comunicadores de três grandes empresas de comunicação, mostrou que atualmente os profissionais da área são jovens e atingem o auge da profissão entre os 30 e 40 anos de idade. A pesquisa também aponta, assim como o relatório do Ministério do Trabalho divulgado em 2002, que as mulheres hoje ocupam mais de 50% dos postos de trabalho.

Portugal: depois da censura, otimismo com relação ao futuro

O desenvolvimento da imprensa em Portugal foi mais tardio que em outros países da Europa. Fidalgo (2008, p.81) afirma que o primeiro jornal com periodicidade e continuidade, "A Gazeta", surgiu em 1641, e possuía, como todos os informativos da época, claras intenções políticas. O primeiro jornal diário português surgiu somente um século depois do lançamento do primeiro jornal diário em todo o mundo (o inglês *Daily Courant*, de 1702). Trata-se do "Diário Lisbonense", de 1809, criado em uma época de fase política agitada e combativa da imprensa.

Foi nessa época, ainda segundo Fidalgo, que portugueses emigrados, principalmente para Paris e Londres, começaram a disseminar ideias nos círculos políticos e intelectuais que acabaram por conduzir à revolução liberal de 1820. A lei de

ISSNe 1984-6924 DOI: http://dx.doi.org/10.5007/1984-6924.2012v9n2p44 0

liberdade de imprensa em Portugal foi instituída em 1821, mas passou a vigorar em 1834. As novas condições da imprensa levaram a um investimento na instrução pública e na recuperação do atraso em que se mantinha a indústria tipográfica portuguesa. Em termos de conteúdo, os jornais da época eram basicamente opinativos, produtos de combate político, mas que cativavam intelectuais da literatura com suas ideias liberais vitoriosas. Esse momento de transição da imprensa portuguesa também causou mudanças na atividade jornalística. Além da produção dos jornais começar a se distanciar da lógica da publicação de livros e das casas de impressão, pré-anunciando uma fase industrial, começaram a surgir novos cargos, como o de redator, por exemplo.

Apesar da nova fase de liberdade de expressão e do aparente desenvolvimento, o jornalismo da época ainda tinha poucos praticantes. Segundo Ruellan (1997, *apud* Fidalgo), "o mercado de trabalho verdadeiramente ainda não existia", até a primeira década do século XX. Logo após a Primeira Guerra Mundial, a industrialização e a crescente massificação dos meios de comunicação apontavam para a profissionalização dos jornalistas, mas o processo foi novamente interrompido com a instalação do regime ditatorial no país a partir de 1926, prolongando-se por quase meio século, até 1974[vi].

Um relatório organizado pelo *Bureau International du Travail* (BIT) entre 1925 e 1928 e citado por Fidalgo (2008, p.131) informava a situação dos jornalistas da época: eram aproximadamente 300 jornalistas em Portugal, todos do sexo masculino; e com apenas 30 deles vivendo exclusivamente da profissão. Ainda segundo o relatório, não existia uma legislação específica, contratos de trabalho ou diploma oficial que regulamentasse a situação de trabalho dos jornalistas. A profissão foi considerada "de puro sacrifício" até 1943, quando foi criada a primeira lei que regulamentou o exercício da profissão e definiu uma tabela salarial, acesso a serviços de previdência e reforma. Em 1951, outra lei passou a exigir a idade mínima de 18 anos e um período de dois meses para o exercício da profissão. Apenas em abril de 1974, após a revolução que pôs fim ao regime ditatorial de Salazar, começaram a surgir os primeiros cursos de jornalismo em Portugal. O primeiro curso de licenciatura em Comunicação Social no país foi criado em 1979, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Em pesquisa realizada em 2002, o pesquisador Joaquim Fidalgo traçou um perfil do jornalista português, utilizando como fonte o Sindicato dos Jornalistas (SJ) e a Comissão da Carteira Profissional de Jornalista (CCPJ) daquele país. Entre outros dados, o pesquisador constatou que o número de jornalistas profissionais ativos havia

ISSNe 1984-6924 DOI: http://dx.doi.org/10.5007/1984-6924.2012v9n2p44 0

triplicado nos últimos vinte anos, graças ao "funcionamento dos canais privados de televisão (1992) e o desenvolvimento de edições eletrônicas dos jornais". A pesquisa também destaca a forte presença feminina no jornalismo português, embora os cargos de chefia continuem sendo ocupados pelos homens.

Além das mulheres, a quantidade de jornalistas jovens, com idade inferior a 30 anos, também triplicou entre 1990 e 2001, apontou a pesquisa. Enquanto isso, o grupo de profissionais maduros, com idade acima dos 45 anos, apenas duplicou. Para Fidalgo, os trabalhos "de campo" são entregues aos mais jovens, enquanto que o trabalho de gabinete fica para os mais experientes.

Embora o curso de Comunicação Social tenha sido criado apenas em 1979, aproximadamente 50% dos respondentes da pesquisa afirmaram ter curso superior na área, ainda que incompleto. Embora em Portugal o diploma não seja obrigatório para o exercício do jornalismo, Fidalgo afirma que "a quase totalidade de novos jornalistas tem sido recrutada entre os diplomados do setor" (2002, p.69).

Resultados da pesquisa brasileira

Na pesquisa brasileira[vii], três grupos formaram a amostra quantitativa. O grupo 1 era formado por jornalistas convidados por meio de redes sociais; o grupo 2, por associados do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, o maior da categoria no País. E o grupo 3 era formado por jornalistas de uma grande empresa editorial. Os jornalistas dos três grupos (452 no total) responderam a um questionário *online*. Para a amostra qualitativa, foram realizadas oito entrevistas com jornalistas selecionados dentro de um perfil pré-estabelecido: até 40 anos, de ambos os sexos, trabalhando no jornalismo impresso, nos chamados setores extra-redação e Internet, sendo 50% do total sindicalizados. O método de análise utilizado para o material foi a Análise do Discurso de Linha Francesa.

Os três grupos, por suas próprias características, apresentam muitas aproximações, mas também algumas diferenças curiosas. Com relação ao gênero, por exemplo, apenas o grupo do sindicato apresentou um número maior de associados do sexo masculino. Tanto os jornalistas do grupo 1 quanto do grupo 3 apresentaram um perfil predominantemente feminino, estando de acordo com os dados oficiais divulgados pela RAIS e pela FENAJ. Os profissionais são provenientes da classe média, sem experiência profissional anterior; estudaram em faculdades particulares e

ISSNe 1984-6924 DOI: http://dx.doi.org/10.5007/1984-6924.2012v9n2p44 0

procuraram sanar suas deficiências por meio de uma educação continuada, principalmente com cursos de especialização na área de jornalismo. A maioria declarou-se a favor da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão. Quanto às relações trabalhistas, as respostas do questionário quantitativo mostraram que os jornalistas que estão atuando no mercado de trabalho no Estado de São Paulo são jovens, principalmente aqueles que estão trabalhando fora das redações. A figura do jornalista mais maduro, que ensinava os mais jovens nas redações durante o horário de trabalho, tão importante para a formação do profissional inexperiente, não existe mais. Foi substituído ou demitido, assim como os revisores e copidesques. As redações ficaram nas mãos de jovens, para cargos de chefia, e dos programas de softwares, para fazer a revisão. Dois entrevistados, que trabalham em redações de jornais, declararam que seus colegas e chefes têm menos de 30 anos. Segundo ele, acima dessa faixa "o profissional é considerado um idoso".

Poucos jornalistas estão trabalhando nas redações, e as vagas estão cada dia mais enxutas. Segundo os dados da pesquisa quantitativa, daqueles jornalistas que estão no mercado de trabalho, a maior parte está concentrada nas assessorias de imprensa e também nos grandes centros urbanos. Se compararmos os resultados da pesquisa quantitativa com os relatos dos jornalistas, notamos que os profissionais que possuem mais de quarenta anos ou estão em cargos de chefia de grandes empresas jornalísticas, ou migraram para os cargos de chefia (ou ainda tornaram-se sócios) das assessorias de imprensa. Enfim, os jornalistas experientes estão levando o conhecimento para as assessorias, que produzem a informação, posteriormente repassada para os grandes meios de comunicação, que as reproduzem.

A pesquisa quantitativa mostrou que há uma proliferação de profissionais que estão trabalhando em casa, em *home office* ou empresa própria. É muito mais barato para a empresa manter o profissional como pessoa jurídica ou autônomo, trabalhando em casa. Se o trabalho é espaço de troca de sociabilidade, local onde a pessoa quer ser reconhecida como útil, como desenvolver esse papel trabalhando em casa? A solidão, a falta de compreensão dos familiares e de estrutura adequada de trabalho estão entre as maiores reclamações dos entrevistados.

Os jovens que ingressam hoje no mercado de trabalho têm consciência das perdas proporcionadas pela precarização. São maioria nos dados quantitativos os que não têm vínculo. Sentem-se encurralados, porque se não aceitarem as condições impostas pelas empresas, não conseguem ingressar no mercado de trabalho. Aqueles

ISSNe 1984-6924 DOI: http://dx.doi.org/10.5007/1984-6924.2012v9n2p44 0

que conseguem contrato pela CLT sentem-se privilegiados dentro da profissão e, ao falar sobre a questão, os jovens sem registro ficam constrangidos com a situação. A falta de vínculo impede que se tenha uma série de garantias e também o planejamento pessoal e familiar, como mostrou a pesquisa quantitativa: a maioria dos respondentes afirmou conseguir se planejar apenas a médio e curto prazo.

Uma das entrevistadas nos chama a atenção ao afirmar que as empresas estão "quarteirizando o intelecto" dos profissionais. Esse seria mais um passo dentro do processo de precarização das relações trabalhistas, da cadeia que se forma a partir da empresa, que possui uma assessoria de imprensa, que por sua vez contrata outra assessoria, que coloca os seus *freelancers* e pessoas jurídicas para trabalhar. E o que é pior: é uma relação legalizada; cabe apenas ao trabalhador se sujeitar ou não a essa situação.

A introdução das tecnologias no processo de produção do jornal e da chegada da informatização nas redações trouxe muitas mudanças também na visão empresarial. Os jornalistas foram afastados da direção das empresas familiares a partir dos anos 1980 e substituídos por grupos de administradores, economistas, empresários. O jornal se estabeleceu como negócio e a notícia como produto. Abreu (2002) lembra que, ao adotar as novas tecnologias, o objetivo das empresas de comunicação era baratear os custos operacionais, economia essa que exigia investimentos em equipamentos que, por sua vez, precisavam do retorno financeiro do veículo. Diante desse quadro, e pensando em ampliar o público, os empresários começaram a investir pesado em publicidade e marketing.

A pesquisa quantitativa apontou que os jornalistas de hoje consideram a captação de novos clientes e a receita publicitária como as principais influências na empresa em que trabalham. No discurso dos profissionais, encontramos essa relação direta com o discurso publicitário principalmente no profissional que trabalha em assessoria de imprensa, que vê a notícia como produto e o público como cliente.

Hoje as empresas de comunicação vivem em plena sintonia com a publicidade, e os jornalistas tornaram-se apenas coadjuvantes dessa relação. Nascido a partir de um caráter revolucionário, o jornalismo perdeu este caráter militante a partir do momento em que passou a ocupar uma posição mercantil e a informação passou a ser encarada como um produto. "Nas empresas jornalísticas, o fazer tornou-se mais importante que o saber, e o jornalista é hoje um trabalhador de linha de montagem". (Kucinski, 2005, p.109). O trabalhador é, como afirmou um dos entrevistados, um "operário da

ISSNe 1984-6924 DOI: http://dx.doi.org/10.5007/1984-6924.2012v9n2p44 0

informação", que pega a informação oriunda das assessorias de imprensa e transforma em produto, sem ter tempo e disponibilidade de apurar o que recebeu. E tal situação provoca o rebaixamento da qualidade do trabalho e sobreleva valores e escolhas que nem sempre permitem o adequado exercício profissional.

A informatização agilizou o processo de trabalho e também intensificou os horários de fechamento e a pressão sobre o jornalista, que hoje trabalha muito mais: ele se pauta, entrevista, escreve, fotografa e filma. Quem está nas redações precisa conhecer e manipular diversas mídias; vê o tempo controlado, o salário e a equipe reduzidos, e apenas o trabalho ampliado. No caso do assessor de imprensa, ele precisa preparar e ainda "vender" o seu produto, porque o jornalista da redação é apenas um mediador: não tem tempo de aprofundar a matéria e usará o texto na íntegra. As reportagens investigativas estão praticamente extintas.

Os jornalistas pesquisados consideram que as novas ferramentas estão aproximando o público receptor do meio de comunicação e do jornalista. O retorno é rápido e importante para o comunicador. Quase todos afirmaram ter um blog, geralmente relacionado à área cultural e de entretenimento. As novas tecnologias permitem que se trabalhe de qualquer lugar. Sem perceber, o profissional está trabalhando mais, fora do expediente, ou nos finais de semana. Quanto aos hábitos culturais, a pesquisa quantitativa apontou que o jornalista é um leitor comum, como a maioria dos consumidores de classe média, mas que estão lendo mais livros, frequentando cinemas e teatros. E quando conseguem ter horas vagas, preferem utilizá-las nas academias de ginástica ou mesmo ficar sem fazer nada.

Resultados da pesquisa portuguesa

Os dados da pesquisa portuguesa são provenientes do relatório *Desafios do Jornalismo*, divulgado no início de 2011 pelo OberCom - Observatório da Comunicação, com respostas a um questionário completo, que abrange aspectos da prática presente e perspectivas para a profissão. Trata-se de uma pesquisa realizada *online* entre março e junho de 2010, com jornalistas dos veículos portugueses de maior expressão da imprensa, rádio e televisão. Foram validadas 212 respostas oriundas de publicações, estações e canais dos grupos *RTP, Imprensa, Media Capital*, *Cofina*, *Controlinveste*, *Renascença* e também dos jornais *Público* e *I*. O modelo e a

ISSNe 1984-6924 DOI: http://dx.doi.org/10.5007/1984-6924.2012v9n2p44 0

metodologia de pesquisa vêm do *Pew Project for the Excellence in Journalism*, dos EUA, onde foram colhidas 547 respostas de jornalistas norte-americanos.

Entre os resultados, o relatório aponta que o jornalista português vê a sua profissão como menos valorizada hoje que no passado e identifica-se, na sua prática profissional, com o papel de transmissor de acontecimentos. Por outro lado, caracteriza essa prática como cada vez mais generalista e especializada.

Assim como os brasileiros, o jornalista português vê a formação acadêmica de nível superior como requisito fundamental para exercer a profissão. Mas a maioria considera que essa formação não precisa ser, necessariamente, em jornalismo. Os pesquisados consideram que o acesso à profissão deve ser precedido de um estágio profissional, tendo uma prova de avaliação final. Os profissionais também consideram muito importante a formação complementar, continuada, em áreas paralelas à produção de conteúdo jornalístico (áreas temáticas).

Na relação com as instituições do sistema dos media e com os órgãos de regulação, o CENJOR (Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas) surge como entidade melhor avaliada. São igualmente valorizados os mecanismo de auto-regulação. Em contrapartida, as ações, desempenhos e competências da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) tendem a ser negativamente avaliados pela maioria dos respondentes.

Ficou clara na pesquisa a predominância de redações integradas/multimídia.Ao mesmo tempo, atribui-se grande importância à imagem do jornalista polivalente (multifunções) como imagem de marca profissional do futuro, realidade já muito presente no jornalismo brasileiro.

Sobre a prática jornalística, 70% dos entrevistados consideram que o que o jornalismo tem hoje de mais positivo se situa no nível da qualidade da cobertura, com a presença de uma estética apelativa e de um largo espectro de cobertura noticiosa. Quando questionados sobre o que mais de negativo tem o jornalismo de hoje, os profissionais portugueses concentram as suas respostas na dimensão de forte ausência de jornalismo de investigação e para a presença exagerada de sensacionalismo/tablóide e infoentretenimento. Um número considerável de pesquisados apontou ainda a presença de jornalismo homogeneizado e a pouca profundidade analítica e contextual como dois aspectos marcadamente negativos. Outra realidade muito próxima do jornalismo brasileiro.

ISSNe 1984-6924 DOI: http://dx.doi.org/10.5007/1984-6924.2012v9n2p44 0

Quanto à prática profissional há, em geral, um bom conhecimento do código deontológico e das condutas que regem a produção de conteúdos. Ocorre também o reconhecimento de que a maioria dos jornalistas já teve dúvidas sobre a sua aplicação em casos concretos. Tal fato deve-se à grande quantidade de jovens presentes nas redações.

Os jornalistas pesquisados, seja ligado à imprensa escrita, rádio ou televisão, privilegiaram a Internet e a imprensa escrita como as principais fontes para efeitos e elaboração dos conteúdos jornalísticos. Plataformas como a Internet e os celulares são vistas como os dois futuros suportes de acesso a conteúdos noticiosos.

Há ainda uma clara percepção da existência de jornais diários, rádios ou televisões que se regem majoritariamente por valores ideológicos – 38,6% dos jornalistas consideram que existem empresas de comunicação que se orientam por valores ideológicos de esquerda e 52,9% considera existirem aqueles que o fazem por valores ideológicos de direita.

A maioria dos pesquisados está otimista com relação ao futuro da empresa de comunicação para a qual trabalha, sendo que as principais ameaças reportadas estão associadas à queda de utilizadores jovens, à falta de inovação editorial, à falta de investimento na indústria, ao crescimento dos media online e digitais e devido a uma pressão cada vez maior do mercado publicitário.

Finalizando, quando confrontados com uma visão a longo-prazo, a maioria dos pesquisados tende a associar o jornalista como o futuro *gatekeeper* na produção e divulgação dos conteúdos jornalísticos. Considerado o comunicador deste século, o jornalista assume o papel de mediador, utilizando da sensibilidade e da técnica, na mesma medida, para a resolução dos conflitos. Deveria ser aquele capaz de atuar no campo da comunicação de maneira integrada, articulando diferentes mídias e linguagens da comunicação a partir de uma sólida formação humanística. Pensar a comunicação não só como sendo aquela que se formula nos meios, mas como campo privilegiado de construção dos sentidos sociais.

Conclusões: semelhanças e diferenças

Jornalistas brasileiros e portugueses tiveram trajetórias históricas diferentes, mas hoje compartilham problemas comuns. Como todas as inovações, os computadores e a Internet trouxeram boas e más novidades para os jornalistas dos dois países. As mudanças no mundo do trabalho para o jornalista são evidentes. O número de mulheres nas redações cresce a cada ano; nota-se a presença maciça de jovens e a predominância

ISSNe 1984-6924 DOI: http://dx.doi.org/10.5007/1984-6924.2012v9n2p44 0

da Internet como fonte de informação. Outro dado comum é que os jornalistas consideram importante ter formação acadêmica para o exercício da profissão, assim como a formação complementar. As entidades de classe dos dois países, como o Sindicato dos Jornalistas e a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) são avaliadas negativamente.

Hoje as empresas de comunicação são grandes corporações; contam com capital externo, são totalmente institucionalizadas e têm elevada organização e divisão do trabalho do comunicador. Com o surgimento de novas tecnologias e também de megacorporações – que englobam diversas mídias em uma só empresa - elas reorganizaram suas plantas produtivas e introduziram novos processos de organização do trabalho. As empresas possuem acionistas, são administradas por economistas, analistas, engenheiros. Estão muito ligadas ao sistema capitalista, globalizado, financeiro, internacional. E o jornalista é apenas uma peça dentro do processo, cada vez mais sufocado, cada vez mais raro nas redações.

Referências

ABREU, Alzira Alves de. **A modernização da impresa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2002. (Coleção Descobrindo o Brasil).

_____, LATTMAN-WELTMAN, Fernando, ROCHA, Dora (organizadores). **Eles mudaram a imprensa**: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

FIDALGO, Joaquim. **O jornalista em construção.** Porto Editora, 2008 (Colecção Comunicação).

_____ Jornalistas: um perfil socioprofissional em mudança. Revista Comunicação e Sociedade; Vol. 5, No 1 (2004). Acesso em 26/06/2011 http://revcom2.portcom.intercom.org.br/index.php/cs_um/article/view/4669

FÍGARO, Roseli(coord.) Comunicação e trabalho: as mudanças no mundo do trabalho nas empresas de comunicação. Grupo de Pesquisa Comunicação e Trabalho CNPq/ECA-USP. São Paulo: Fapesp. Pesquisa concluída. Disponível em www.eca.usp.br/comunicacaoetrabalho

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalismo na era virtual**: ensaios sobre o colapso da razão ética. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Editora UNESP, 2005.

LIMA, Cláudia do Carmo Nonato. **Comunicação e mundo do trabalho do jornalista** : o perfil dos jornalistas de São Paulo a partir da reconfiguração dos processos produtivos da informação /São Paulo : C. do C. N. Lima, 2010.313 p. : il. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes/Universidade de São Paulo. Orientadora: Profª Drª Roseli Aparecida Fígaro Paulino

OBERCOM, Observatório de Comunicação. Relatório desafios do jornalismo 2010. Disponível em http://www.obercom.pt/client/?newsId=428&fileName=desafios_do_jornalismo.pdf

RIBEIRO, Jorge Cláudio. **Sempre alerta – condições e contradições do trabalho jornalístico**. São Paulo: Editora Brasiliense e Olho Dágua, 1999.

[i] Artigo originalmente apresentado ao 1º Congresso Mundial de Comunicação Ibero-Americana (CONFIBERCOM 2011)
[ii] Defendida pela autora em 2010 na ECA-USP, sob orientação da Profa. Dra. Roseli Fígaro. Disponível em http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-30112010-160410/fr.php
[iii] Disponível na íntegra em http://www.obercom.pt/client/?newsId=428&fileName=desafios_do_jornalismo.pdf

[iv] Estamos utilizando os dados da RAIS 2002 e de 2005. A primeira foi disponibilizada pela FENAJ (Federação Nacional dos Jornalistas), e a segunda pelo Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo.

[v] Feita com apoio e aprovação da FAPESP, entre 2006 e 2008 pelo grupo de pesquisa Comunicação e Trabalho (CNPq), da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.
[vi] Portugal passou por um regime político autoritário e corporativista de Estado durante 41 anos sem interrupção, de 1933 - com a aprovação de uma nova Constituição - até 25 de abril de 1974, quando o regime ditatorial de Salazar foi derrubado pela chamada "Revolução dos Cravos".
[vii] Parte empírica da dissertação de mestrado *Comunicação e Mundo do Trabalho do Jornalista: o perfil dos jornalistas de São Paulo a partir da reconfiguração dos processos produtivos da informação,* defendida em 2010 na ECA/USP pela autora.

Este artigo e todo o conteúdo da **Estudos em Jornalismo e Mídia** estão disponíveis em
http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/index

Estudos em Jornalismo e Mídia está sob a Licença Creative Commons.